

Manual De Direito Tributário Rio Sabbag

O projeto brinda a comunidade jurídica com densas monografias de expoentes do Direito Tributário pátrio, dentre os quais juízes, procuradores da república, professores universitários e advogados. São analisados, sob a perspectiva da interpretação constitucional e legal, o Sistema Constitucional Tributário e o Código Tributário Nacional, assim como a legislação tributária de âmbito nacional e federativa, da forma mais abrangente possível. Com efeito, a densidade cultural da obra aliada à sua dogmática pouco tradicional permite-nos, uma vez mais, entrever vida longa e renovada a essa festejada iniciativa tributária que nos lega a editora, através da genialidade de seus coordenadores Marcus Livio Gomes e Leonardo Pietro Antonelli, com um denso e incomparável Curso de Direito Tributário Brasileiro. Luiz Fux, Ministro do Supremo Tribunal Federal.

Os temas abordados são os fundamentais do direito tributário brasileiro, divididos em duas partes: teoria geral e teoria constitucional. Diversos artigos do Código Tributário Nacional são apresentados e explicados, propiciando ao leitor maior facilidade na interpretação dos dispositivos legais em matéria fiscal. Os assuntos vão se sucedendo a partir dos mais elementares, como fiscalidade, extrafiscalidade e parafiscalidade, definição de tributo, os componentes do fato gerador, dentre outros. São explicadas as fontes do direito tributário, os tipos de tributo e o sistema constitucional tributário, notadamente com seus princípios. O livro culmina com os pontos mais complexos, como a proibição da tributação confiscatória.Além dos bancos escolares, ele servirá aos que se interessam pela tributação e aos operadores do direito, como fiscais, advogados, procuradores, juízes e serventuários dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário.

1. Direito tributário. I. Falcao, Joaquim. II. Guerra, Sergio, 1964. . III. Almeida, Rafael. IV. Fundacao Getulio Vargas. V. FGV Management. VI. Serie.

Depois de mais de 40 anos sob a égide do Código de 1973 e apesar das alterações realizadas no referido diploma legal e leis extravagantes, o direito processual civil geral renasce a partir da Lei 13.105/15, que introduz diversos institutos jurídicos visando garantir maior eficiência e mais segurança à tutela jurisdicional. Nesse diapasão, o atual direito instrumental compõe permanentes diálogos com o direito privado e constitucional no sentido de buscar a entrega qualificada e célere do direito material, criando novos paradigmas. O livro Diálogos do Novo Direito Processual Civil surge da observância atenta por parte de juristas e profissionais do Direito das inovações implementadas, mas também dos desafios a serem enfrentados diante do direito adjetivo.

Manual de Direito Financeiro e Tributário
Princípio da Economicidade
Do Combate aos Crimes Financeiros e Tributários
Tributação sobre patrimônio
Um Continente Longe Demais

Direito dos Mercados Financeiros é uma extensa obra dirigida aos profissionais do Direito (advogados, juízes etc.) que atuam nas áreas financeiras e de mercados de capitais, bem como aos profissionais ligados ao Sistema Financeiro Nacional, aos fundos de investimentos e que atual realizando operações nas bolsas de valores, de mercadorias e de futuros, bem como no mercado de balcão organizado, e ainda por profissionais de corretagem de títulos e valores mobiliários.Queremos crer que ela seja única em sua abrangência, pois, dentro do mesmo exemplar, em dezoto capítulos, trata dos mercados financeiros, do Sistema Financeiro Nacional - SFN, dos órgãos de regulação e fiscalização do Sistema Financeiro Nacional - SFN, das instituições financeiras controladas pela iniciativa pública, das instituições bancárias controladas pela iniciativa privada (instituições financeiras não-bancárias; entidades de intermediação; entidades ligadas aos sistemas de previdência complementar, seguros, capitalização e assistência à saúde; entidades administradoras de recursos de terceiros), do Sistema de Pagamentos Brasileiro - SPB, das instituições auxiliares do Sistema Financeiro Nacional - SFN controladas pela iniciativa privada, da intervenção e liquidação extrajudicial das instituições financeiras, das operações bancárias em geral, das operações de previdência complementar privada, seguros privados, títulos de capitalização e planos de saúde suplementar, das operações em fundos de investimento, das operações bolsísticas, operações de mercado de balcão organizado e operações de mercado de derivativos.O segundo volume trata dos seguintes temas: 1) Sistema de Pagamentos Brasileiro - SPB; 2) Instituições Auxiliares do Sistema Financeiro Nacional Controladas pela Iniciativa Privada; 3) Intervenção e Liquidação Extrajudicial das Instituições Financeiras; 4) Privatização das Instituições Financeiras.

Devidamente atualizado e ampliado, este livro alcança a 8ª edição, analisando em profundidade questões polêmicas e os mais relevantes conceitos do direito financeiro e tributário. Trata-se de um curso completo, voltado a profissionais e acadêmicos e indicado como bibliografia básica pelas principais bancas examinadoras de concursos públicos. É composto de doutrina e de julgados, em especial os do STF e do STJ. As decisões mais relevantes são comentadas no conteúdo teórico dos capítulos, tornando a leitura mais didática e bem direcionada. A experiência do autor no magistério e na prática forense especializada faz deste livro uma segura fonte de aprendizado, apta a desenvolver no estudante e no profissional a capacidade de avaliar tanto as questões mais simples como os problemas mais complexos do direito tributário.

O presente trabalho expõe o sentido dos problemas existentes para definir a verdadeira natureza jurídica das ações, bem como oferecer um exame critico das correntes doutrinárias - que ora sustentam serem elas um título de crédito, ora direito de crédito, ora título participação, ora título de estabelecer - além de estabelecer a posição do autor e apresentar novas possibilidades para a compreensão dessa natureza, entre elas a bipartição do domínio sobre o fundo social.This paper accounts for the problem found upon defining the real juridical nature of shares, offering a critical survey of the theoretical currents which sometimes treat them either as letters of credit, or rights of credit, or title of participation, or certificates of ownership, the on - going paper also presents its author's viewpoint and sheds new light on the understanding of the nature of shares, including a twofold division of the holding social funds.Le présent travail a le but d'exposer les sens des problèmes existants pour définir la vraie nature juridique des actions, en mème temps d'offrir un examen critique des courantes doctrinaires, que elles soutiennent d'être un titre de crédit, un droit de crédit, un titre de participation ou un titre de propriété, e travail montre encore la position de l'auteur et présente des nouvelles possibilités pour la compréhension de cette nature, parmi les quelles la bipartition du domaine sur le fond social.

O Direito Tributário é o foco desta obra, em que são abordados, de forma descomplicada e objetiva, seus principais aspectos, passando desde a análise das espécies tributárias, suas classificações, quem tem o poder de instituí-las e suas limitações, e as fontes de normalização. Abordamos as etapas do nascimento do tributo, desde a prática de seu fato gerador, fazendo surgir a obrigação tributária, até a substituição do crédito tributário. Estudamos as causas de suspensão, extinção e exclusão desse crédito, bem como suas garantias. Por fim, mas não menos importante, tratamos da administração pública, em especial seu modus operandi fiscalizatório e de inclusão do débito em dívida ativa. O Direito Tributário Brasileiro é dinâmico e, por isso, a presente obra está atualizada de acordo com as mais importantes legislações sobre os respectivos temas aqui abordados, e com as mais recentes e importantes súmulas e jurisprudências de nossos tribunais superiores. Esta obra é direcionada a todos os operadores do Direito, ou, até mesmo, quem não o seja, mas precisa compreender um pouco mais sobre o assunto. Assim é que um empresário ou seu contador, que precisa se aprofundar em determinado tema, pode valer-se dos ensinamentos aqui expostos. Também fazem parte do público-alvo deste livro os estudantes de concursos públicos que, como sabemos, precisam otimizar seu tempo de estudo e necessitam de ensinamentos de rápida absorção e compreensão. Não nos esquecemos também dos alunos de graduação dos diversos cursos de Direito, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas e Administração espalhados pelo País, os quais precisam compreender como funciona o raciocínio tributário e sua aplicação teórica e prática.

Viajando Numa Caravela Pela Costa Africana

Direito Tributário Esquemmatizado - 5ª Edição 2021

Doing Legal Research in Brazil

Finanças Públicas: Orçamento e Direito Financeiro

Deduções Fundamentais

O Direito Tributário é o ramo do direito público que traz em seu bojo os princípios e regras que disciplinam as relações jurídicas tributárias, sendo que o tributo é o seu objeto principal de estudo. Em especial, ao Direito Tributário incumbe disciplinar a instituição, a arrecadação e a fiscalização dos tributos, que são essenciais para que o Estado possa desempenhar as atividades que estão sob a sua responsabilidade.

O Princípio da Economicidade não se limita a um instrumento de fiscalização e controle, mas empresta seu conteúdo moderno para a ponderação dos resultados das ações e medidas planejadas. O conteúdo da economicidade, interpretado em consonância com os demais valores constitucionais, interpretado em consonância com o retorno para a sociedade e para os cidadãos. Este trabalho, analisando os conceitos a ele inerentes e os elementos concretos, persegue uma qualidade do gasto e o controle da atividade financeira e, por fim, registrar é um direito jurídico da indústria do petróleo e gás natural. Escrita em uma linguagem para ser acessível também às pessoas que não são da área jurídica, a obra Manual de Direito do Petróleo: Uma visão jurídica do ouro negro no Brasil, poderá ser de grande valia aos estudiosos do direito, juristas, magistrados, promotores e procuradores, advogados, professores e estudantes, bem como a todos que quiserem adentrar no mundo fascinante do petróleo.

Este segundo volume trata de:
a) Como tornar o orçamento um instrumento de planejamento da ação do poder público?
b) São parâmetros, abordadas nesta obra, que há muito tempo preocupam os estudiosos do direito financeiro.

Manual de direito tributário - 8ed.Saravira Educação S.A.Normas gerais de direito tributário Vol1Editora FGV
Consensualidade no Direito Tributário
Impostos Federais, Estaduais e Municipais

Direito Tributário

A Svariação Do Domínio No Direito Societário: Propriedade Direta E Propriedade Indiret

Direito Público - análises e confluências teóricas
Instead of the usual apologetic treatment found in legal doctrine, linked to the indeterminacy, immutability or predictability of norms, this book treats legal certainty innovatively, holistically and in depth. Using a method at once analytical and functional, Professor Ávila examines the structural elements of legal certainty, from its definition and foundations to its various dimensions, normative forces and efficacities, citing a wealth of examples from case law to support each of the theses defended. No subject is more important and topical than legal certainty. Probabl relating to lack of understanding, instability and unpredictability of law intensity day by day everywhere, in civil law and common law countries alike. Normative sources are increasingly diverse in origin (national, international, community) and multiple in nature (legal, contractual, jurisprudential). They change constantly, and present increasingly frequent problems of ambiguity and vagueness that significantly hinder their comprehension. This state of affairs, which to a greater or lesser extent is true of any legal order, justifies a return to the subject of legal certainty. This book, essential questions are answered such as: Legal certainty in what sense? Certainty of what, for whom, in whose vision and by whom? When, to what extent, and to what end? “(.) It is probably the most comprehensive and systematic study ever produced on this subject using the analytical method.” (Riccardo Guastini, Professor of Jurisprudence, University of Genoa, Italy)

No Brasil, até pouco tempo atrás, o conhecimento científico da indústria do petróleo e gás natural era legado de poucos. Na seara jurídica, permanecia a posse do conhecimento em poucas mãos, somente algumas obras esparsas foram publicadas. Ao observar esse panorama e como esse mercado é constituído por uma multifacetada gama de pessoas, além dos interessados e curiosos, montou-se uma obra que pudesse ter duas vertentes: preencher uma lacuna das obras jurídicas brasileiras e apresentar uma obra que tratasse de forma sistemática o conteúdo jurídico da indústria do petróleo e gás natural. Escrita em uma linguagem para ser acessível também às pessoas que não são da área jurídica, a obra Manual de Direito do Petróleo: Uma visão jurídica do ouro negro no Brasil, poderá ser de grande valia aos estudiosos do direito, juristas, magistrados, promotores e procuradores, advogados, professores e estudantes, bem como a todos que quiserem adentrar no mundo fascinante do petróleo.

Este segundo volume trata de:
a) Como tornar o orçamento um instrumento de planejamento da ação do poder público?
b) São parâmetros, abordadas nesta obra, que há muito tempo preocupam os estudiosos do direito financeiro.

Manual de direito tributário - 8ed.
reflexões acerca da sua admissibilidade no atual modelo de cooperação processual

Esta obra, que alcança agora a 6ª edição, atualizada e ampliada, integra uma coleção sobre direito material e processual tributário, elaborada por Claudio Carneiro. Abordando com profundidade os impostos federais, estaduais e municipais, tem sido considerada uma das referências mais importantes sobre impostos no Brasil, por trazer o posicionamento da doutrina e as decisões mais importantes dos tribunais superiores. Por esse motivo, o livro tem sido adotado na graduação, pósgraduação e nos cursos preparatórios para concursos públicos, das principais instituições de ensino e bancas examinadoras. Elaborados por especialistas, os volumes da Coleção Carreiras Específicas apresentam as matérias divididas em temas e subtemas, com gabaritos e comentários em todos os capítulos. Para cada questão há ainda uma informação extra, chamando a atenção do candidato para aspectos relevantes sobre o tema. Ao final dos capítulos, tópicos que farão a diferença na sua preparação: Raio-X, Importante saber, Súmulas e legislações pertinentes, Jurisprudência selecionada e Bibliografia recomendada.

Este volume dedicado ao estudo de tributação sobre renda tem origem em profunda pesquisa e sistemática consolidação dos materiais de aula acerca de temas que despertam crescente interesse no meio jurídico e reclamam mais atenção dos estudiosos do direito. O material aqui apresentado abrangerá assuntos relevantes, como: IPTU, IPTU E ITBI; ITR; IPVA; ITD e aspectos contábeis da tributação sobre o patrimônio.

A obra é destinada aos alunos das Universidades (graduação e pósgraduação), aos profissionais da área tributária e afins, aos candidatos a concursos públicos e ao Exame da OAB (2ª fase), este livro contém os principais modelos de peças processuais, quadros sintéticos, posições do STF e do STJ, além de uma profunda análise doutrinária. Claudio Carneiro aborda o processo administrativo tributário (federal, estadual e municipal) e o processo judicial tributário (ações exacionais e ações antiexacionais). Além dessa divisão, o autor incluiu um capítulo com esquemas gráficos para a identificação dos prazos decadenciais e prescricionais, matéria de extrema importância para o processo tributário, seja administrativo, seja judicial.

JUSTIÇA E DEMOCRACIA: as novas perspectivas da hermenêutica constitucional

Temas Atuais Relevantes

Direito constitucional tributário volume 1

Col Carreiras Específicas - Magistratura Estadual - Questões comentadas

O livro “DIREITO TRIBUTÁRIO: Conceitos e questões comentadas em concursos de contabilidade, contador e contabilista no seu preparo para o ingresso na Administração Pública via concurso. Os conceitos presentes na obra, são os mais corriqueiros nos concursos em Direito Tributário, e foram retirados a partir da resolução de questões ao longo dos anos, especialmente naquelas provas, onde o cargo é privativo do contador e/ou contabilista. O respectivo livro possui o mesmo raciocínio das obras já publicadas pelo autor, quais sejam: “Exame da ordem em direito tributário: Guia completo” e “Exame da ordem em direito tributário: Guia prático”, inclusive com bônus para o estudante que adquirir o opúsculo, foi inserido na parte 03, todas as questões em direito tributário (comentadas) dos exames unificados da OAB, desde que o mesmo se tornou unificado.

O livro busca, partindo da existência do dever fundamental de pagar tributos no sistema brasileiro e da configuração do Brasil como Estado Democrático de Direito, analisar a capacidade contributiva como direito fundamental e grande balizador na relação desenvolvida entre o Estado e o contribuinte, com o fito de verificar com esse direito fundamental de aplicação imediata está sendo observado pelo legislador infraconstitucional especialmente no que tange ao Imposto sobre a Renda de Pessoa Física. Foi estudada a estrutura desse imposto desde sua normativa constitucional até a legal e verificado se ser esse guiado pelo princípio da renda líquida, que visa à tributação da renda após o abatimento de todas as receitas gastas para a sua produção (gastos profissionais), além do mínimo existencial. A partir dessa análise, e com base em algumas ideias extraídas do direito americano e espanhol, demonstrou-se a possibilidade de retirar da capacidade contributiva o conceito de deduções fundamentais, que teriam base constitucional e respaldariam a redução da base de cálculo do Imposto sobre a Renda de Pessoa Física com o fito de pôr a salvo da tributação as despesas do contribuinte e de sua família (capacidade contributiva em representação) com obrigações legais, como tributos, e as voluntárias realizadas para garantir o mínimo existencial, bem como os direitos sociais que devem ser garantidos pelo Estado, considerando ser a norma que veicula as deduções fundamentais também um direito fundamental, de eficácia contida e aplicação imediata, o que permitiria que, independentemente do legislador, esse tipo de dedução fosse realizada, podendo, depois, o Poder Legislativo trazer balizas para sua utilização.

O presente trabalho inicia com breve estudo das sanções positivas no âmbito da função promocional do Direito. Enfrenta, ainda, a tutela ambiental por meio da tributação e explicita como o desenvolvimento sustentável revela-se fim da tributação ambiental. A segunda etapa desta pesquisa cuida das políticas públicas ambientais e apresenta especificidades atinentes aos incentivos fiscais. Em seguida, aborda a importância da efetivação do princípio do protetor-recebedor, demonstrando como isso se dá, ou tem potencial para tal, no que tange à Lei da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010), tendo em vista seus princípios, objetivos e instrumentos. Por derradeiro, demonstra, no âmbito da Política Nacional de Resíduos Sólidos, o incentivo fiscal e o instrumento mais adequado à efetivação do princípio do protetor-recebedor.

Desde o ano de 2020 o mundo convive com a pandemia da COVID-19, impactando a vida de milhões de pessoas, principalmente na soara da saúde, com milhares de mortes e famílias impactadas, mas também de ordem econômica tanto interna quanto externa. Uma questão que também foi atingida é a circulação de pessoas entre os continentes, que por muito tempo ficou quase interrompida, somente sendo liberada a entrada em casos bem específicos. É e neste cenário de complexidade que esta obra se insere – um país com desafios e promessas constitucionais longe de serem cumpridas e em um contexto pandêmico, trazendo aos pesquisadores o desafio de interpretar a realidade em conjunto com o ordenamento jurídico. Os temas abordados nesta coletânea refletem isso, e os pesquisadores se propõem a analisar questões variadas e próprias com base no Direito Público e o conjunto destas converge e se entrelaça, por isso é importante que esta coletânea seja vista nesta perspectiva.

Curso de Direito Tributário e Financeiro

Direito Tributário Constitucional

Manual de Direito do Petróleo

Sistema de Pagamentos Brasileiro - Spb; Institucoes Auxiliares; Intervencao, Liquidacao E Privatizacao Das Instituicoes Financeiras

Diálogos do novo direito processual civil

A obra trata, de forma didática e clara, dos conceitos e princípios de normas gerais de direito tributário, analisando as questões em face das condições econômicas do desenvolvimento do país e das discussões recentes sobre o processo de reforma do Estado. O material apresentado neste primeiro volume abrange assuntos relevantes, como: normas tributárias - fontes; vigência e aplicação; interpretação e integração; obrigação tributária; responsabilidade tributária; e fechamento, princípio e modalidades.

O escopo do livro é uma análise criteriosa e sistemática a propósito da atividade financeira do Estado e dos desdobramentos e decorrências da mesma, com um olhar especial para os quatro grandes aspectos do Direito Financeiro e que são objeto de normatização jurídica, especialmente à luz da Lei de Responsabilidade Fiscal e da Lei de Contabilidade Pública: a) os orçamentos públicos; b) as despesas públicas; c) as receitas públicas; d) o crédito público.

A título de atribuir maior robustez a temática das finanças públicas foi incluído um quinto capítulo relativo ao controle externo da Administração Pública, particularmente em relação à sua atividade financeira com foco nas competências e atribuições dos Tribunais de Contas, o que consiste em inovação, pois há muita carência de base doutrinária a respeito.

Este livro foi testado nos concursos públicos, nas salas de aula das Universidades e na prática judiciária, e garantiu excelentes resultados para quem dele se valeu. Esperamos que esta especial edição continue a ajudar a todos que estudam e aplicam o Direito Tributário brasileiro.

A pesquisa sobre a vida, os costumes, as viagens e os feitos de vários ilustres portugueses que escreveram o nome nas páginas da história marítima entre o século XV e da primeira metade do século XVI é a fonte do romance "Um Continente Longe Demais: Viajando numa Caravela pelo Costa Africana", mesclando ficção e história; utilizando o que há de mais concreto no que diz respeito a vida de figuras famosas como Cristóvão Colombo, Diogo Cão, etc. Para escrever as obras "O Desconhecido Cavaleiro de Ordem de Cristo: Viajando numa Caravela pelo Mar Tenebroso" e sua continuação "Um Continente Longe Demais: Viajando numa Caravela pela Costa Africana", ambas da série "As Aventuras de um Lendário Cavaleiro da Ordem de Cristo", utilizou-se a mesma fórmula para produzir outros romances do autor.As principais figuras cuja vida deram inspiração suficiente para estruturar o romance são Cristóvão Colombo, Diogo Cão, o Rei Dom Afonso V, o Rei Dom João II, muitos cavaleiros Templários, tantos mais da Ordem de Cristo, entre outros.A descoberta pelos navegadores ibéricos das rotas oceânicas para as Índias do Ocidente e do Oriente é considerado o maior dos acontecimentos desde a criação do mundo, à parte a encarnação e morte daquele que o criou. Portanto, merecia um romance trazendo ao público leitor detalhes daquela grandiosa empreitada.

Curso de Direito Tributário

Normas gerais de direito tributário Vol.2

Volume 1

uma análise sob o enfoque da capacidade contributiva: situação da tributaçã do renda da pessoa física no Brasil

Processo Tributário: Administrativo e Judicial

Quase todos os que se debatem sobre a contribuição de melhoria não discordam em considerá-la a forma mais justa e democrática de tributação, muito embora pouco seja instituída e exigida. Tal paradoxo reclama reflexões, sobretudo considerando a constante (e cada vez mais grave) crise financeira de municípios e estados, para cuja solução os governantes poderiam (e deveriam) reunir esforços a fim de, realizando a justiça fiscal, onerar quem realmente tenha imóvel valorizado em razão de obra pública, mediante a dita contribuição. Daí subsiste a inquietante questão: por que a maioria absoluta dos entes políticos dela abre mão? O objetivo deste livro é buscar respostas para tão incômoda indagação.

Este volume dedicado ao estudo de tributação sobre renda tem origem em profunda pesquisa e sistemática consolidação dos materiais de aula acerca de temas que despertam crescente interesse no meio jurídico e reclamam mais atenção dos estudiosos do direito. A intenção da Escola de Direito do Rio de Janeiro da Fundação Getulio Vargas é tratar de questões atuais sobre o tema, aliando a dogmática e a pragmática jurídicas. A obra trata, de forma didática e clara, dos conceitos e princípios de tributação sobre renda, analisando as questões em face das condições econômicas do desenvolvimento do país e das discussões recentes sobre o processo de reforma do Estado. O material aqui apresentado abrangerá assuntos relevantes, como: IR - estrutura: elemento material, elemento temporal e elemento espacial; IR - estrutura: elemento quantitativo e elemento subjetivo; IRPJ - apuração do tributo: lucro presumido, lucro arbitrado, simples e lucro real; IRPJ - apuração do tributo: receitas e despesas;contabilidade tributária no IR - métodos de antecipação: estimativa e balancete de suspensão e redução, aproveitamento de prejuízo fiscal e registro dos saldos de despesa no IRPJ e IR diferido; contabilidade tributária no IR - efeitos contábeis introduzidos pela Lei no 12.973/2014 e análise da dedutibilidade de despesas e impactos contábeis.

Data de fechamento: 08.07.2020 - O Manual de Direito Financeiro e Tributário apresenta os principais aspectos e desdobramentos doutrinários e jurisprudenciais sobre direito financeiro e tributário. O autor Eduardo Jardim dá início a abordagem pelas noções sobre o sistema financeiro, a atividade do Estado, despesas públicas, receitas e orçamento. Na segunda parte o autor explora as espécies tributárias, fontes, sistema constitucional tributário, princípios, impostos por espécie, legislação tributária, vigência e aplicação, fato gerador, obrigação tributária, crédito tributário, administração tributária e finaliza com os processos administrativos e judiciais. Obra destinada especialmente aos alunos dos cursos de graduação e pós-graduação.

Esta obra visa analisar a consensualidade no direito tributário à luz do atual modelo de cooperação processual, notadamente, por meio de um estudo mais acurado acerca dos modelos administrativos de atuação da Administração Pública dos últimos três séculos, das principais transformações ocorridas no direito tributário e de alguns instrumentos efetivos de gestão processual. Sob essas lentes, o objeto desta pesquisa concentra-se no tema da consensualidade no direito tributário, sob a ótica da segurança jurídica, da proteção da confiança, da boa-fé objetiva, da eficiência, da isonomia, do desenvolvimento econômico e, em especial, da abertura normativa proporcionada pela Lei n. 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), que passou a permitir a realização de negócios jurídicos processuais atípicos, da Lei n. 13.140, de 26 de junho de 2015 (Lei da Mediação), que autorizou a mediação no âmbito do poder público, das Portarias da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional n. 33/2018, 360/2018, 515/2018 e 742/2018, que proporcionaram um novo modelo de recuperação do crédito tributário, além da recente modificação promovida pela Lei n. 13.129, de 26 de maio de 2015 na Lei n. 9.307, de 23 de setembro de 1996 (Lei da Arbitragem), que possibilitou o uso da arbitragem pela Administração Pública, indicando, assim, uma nova perspectiva para a solução consensuada dos conflitos na seara tributária.

Singelas Contribuições para a Reforma Tributária
a atuação do Estado e o gasto eficiente como direito do contribuinte e do cidadão

As Acoes Das Sociedades E OS Títulos De Credito

CURSO DE DIREITO TRIBUTÁRIO E EXECUÇÃO FISCAL

Instrumentos para la unificación de criterios administrativos en materia tributaria.

"A corrupç ão é , sem dú vida, um dos maiores males que assola a humanidade, porque cruel, ela contribui para a dor na fila dos hospitais, na mesa vazia do desvalido, eis, que, sorrateira, cresce e se desenvolve na escurid ão do analfabetismo. Eis a i a raz ão pela qual se deve comba t ê -la, lutando no exerc í cio de regate da cidadania, pouco importando se a tarefa é dif í cil. Sim, porque as m ã os que a praticam, embora sujas, n ã o deixam pegadas na quase totalidade das vezes. (...) É de todo oportuna, imperiosa, vigorosa a express ã o de um ê rgico grito de basta, a exigir um ponto final à impunidade, à cavilosa prote ç ã o m ã o tua de certos homens que, sob pretexto de cuidar dos interesses de todos s ã o faziam em benef í cio pr óprio e em detrimento da sociedade. Basta! Basta! Jos é Bernardo Cabral in Pref á cio Relator -geral da Assembleia Nacional Constituinte que elaborou a Constitui ç ã o Federal de 1988."

Este primeiro volume dedicado ao estudo de direito constitucional tributário tem origem em profunda pesquisa e sistemática consolidação dos materiais de aula acerca de temas que despertam crescente interesse no meio jur í dico e reclamam mais aten ç ã o dos estudiosos do direito. A inten ç ã o da FGV Direito Rio é tratar de quest õ es atuais sobre o tema, aliando a dogm á tica e a pragm á tica jur í dicas. A obra aborda, de forma did á tica e clara, os conceitos e princ í pios de direito constitucional tributário como, conceito de tributo e direito tributário; conceito de tributo e direito tributário: a validaç ã o à constitucional das esp é cies tributá rias; federalismo fiscal e a reparti ç ã o das compet ê ncias tributá rias e princ í pios de legalidade.

Curso de Direito Tributário Brasileiro Vol. IV

Tributa ç ã o sobre renda Vol. 1

Tributos federais sobre circula ç ã o, produ ç ã o e com é rcio Vol. 2

Curso de direito financeiro e orçamentário

Responsabilidade tributária de terceiros - CTN, artigos 134 e 135